

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**BANCO SOLIDÁRIO DE DONA INÊS-PB: uma análise da percepção dos beneficiários
do Programa Comida na Mesa**

JULHIO ARTHUR DE ARAÚJO RODRIGUES

Bananeiras - PB
Agosto de 2026.

JULHIO ARTHUR DE ARAÚJO RODRIGUES

**BANCO SOLIDÁRIO DE DONA INÊS-PB: uma análise da percepção dos beneficiários
do Programa Comida na Mesa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Administração do
Centro de Ciências Humanas, Sociais e
Agrárias da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Administração.

Orientador(a): Prof. Danilo Raimundo de
Arruda

Bananeiras - PB
Agosto de 2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R696b Rodrigues, Julhio Arthur de Araujo.

BANCO SOLIDÁRIO DE DONA INÊS-PB: uma análise da percepção dos beneficiários do Programa Comida na Mesa / Julhio Arthur de Araujo Rodrigues. - Bananeiras PB, 2026.

46 f.

Orientação: Danilo Raimundo de Arruda.
TCC (Graduação) - UFPB/CCHSA.

1. Economia solidária. 2. Banco comunitário de desenvolvimento. 3. Tecnologia social. 4. Inovação social. 5. Moeda social. I. Arruda, Danilo Raimundo de. II. Título.

UFPB/CCHSA/BSMSV

CDU 658 (043)

Folha de aprovação

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito para Conclusão do Curso de Bacharelado em Administração.

Aluno: Julhio Arthur de Araújo Rodrigues

Trabalho: BANCO SOLIDÁRIO DE DONA INÊS-PB: uma análise da percepção dos beneficiários do Programa Comida na Mesa.

Data da aprovação: 17 / 08 /2026

Banca Examinadora

Prof. Dr. Danilo Raimundo de Arruda
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Orientador

Prof. Dr. Cleber Brito de Souza
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Examinador Interno

Profa. Ms. Achilem Estevam da Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Examinadora Interna

RESUMO

Este trabalho analisa o Banco Solidário de Dona Inês-PB sob as perspectivas da tecnologia social e da inovação social, a partir da percepção dos beneficiários do Programa Comida na Mesa. A pesquisa adotou abordagem quantitativa, caráter descritivo e corte transversal, por meio de levantamento do tipo *survey*, com apoio documental para contextualização institucional. O questionário eletrônico foi submetido a pré-teste de clareza com cinco beneficiários e, na coleta definitiva, realizada entre 3 e 9 de agosto de 2026, recebeu 82 submissões; uma foi excluída por ausência de consentimento, resultando em 81 respostas válidas. A amostra efetiva foi não probabilística, por adesão voluntária. Para evitar interpretações incompatíveis com a experiência declarada, adotaram-se denominadores específicos por questão: 77 participantes que afirmaram ter utilizado o cartão nas perguntas dependentes de uso e 76 participantes com experiência anterior de cesta básica na comparação entre modalidades. Entre os usuários do cartão, 90,9% avaliaram positivamente a facilidade de uso, 89,6% perceberam maior liberdade de escolha e 97,4% relataram contribuição positiva do benefício para a alimentação familiar. Entre os 76 participantes que haviam vivenciado a entrega direta de alimentos, 94,7% classificou o cartão como melhor ou muito melhor. Considerando todos os 81 respondentes, 97,5% perceberam incentivo às compras no comércio de Dona Inês e igual proporção percebeu contribuição para o fortalecimento do comércio e da economia local, sem que esses dados constituam mensuração de impacto econômico. A satisfação entre usuários apresentou média de 9,65 em escala de 0 a 10. Na questão aberta, 26 dos 44 participantes que responderam (59,1%; equivalentes a 32,1% da amostra válida) mencionaram aumento do valor/crédito como melhoria. Os achados identificam dimensões de apropriação e adequação sociotécnica e efeitos percebidos compatíveis com características de tecnologia social e inovação social, mas não permitem generalização estatística nem inferências causais para toda a população beneficiária.

Palavras-chave: economia solidária; banco comunitário de desenvolvimento; tecnologia social; inovação social; moeda social.

ABSTRACT

This study analyzes the Solidarity Bank of Dona Inês, Paraíba, Brazil, from the perspectives of social technology and social innovation, based on the perceptions of beneficiaries of the Comida na Mesa Program. The research used a quantitative, descriptive, cross-sectional survey design, supported by documentary sources for institutional contextualization. The electronic questionnaire was pretested for clarity with five beneficiaries. During the definitive data collection, conducted from August 3 to 9, 2026, 82 submissions were recorded; one was excluded because consent was not granted, resulting in 81 valid responses. The effective sample was non-probabilistic and based on voluntary participation. To avoid interpretations inconsistent with declared experience, question-specific denominators were adopted: 77 participants who reported having used the card for use-dependent items and 76 participants with previous experience of food-basket delivery for the comparison between modalities. Among card users, 90.9% positively evaluated ease of use, 89.6% perceived greater freedom of choice, and 97.4% reported a positive contribution of the benefit to family food access. Among the 76 participants who had experienced direct food or food-basket delivery, 94.7% rated the card as better or much better. Considering all 81 respondents, 97.5% perceived that the card encourages purchases in Dona Inês and the same proportion perceived a contribution to strengthening local commerce and the local economy; these perceptions do not constitute a measurement of economic impact. Mean satisfaction among users was 9.65 on a 0-to-10 scale. In the open-ended question, 26 of the 44 participants who answered (59.1%; equivalent to 32.1% of the valid sample) mentioned increasing the benefit amount or credit as an improvement. The findings identify dimensions of appropriation and sociotechnical adequacy and perceived effects consistent with characteristics associated with social technology and social innovation, but they do not support statistical generalization or causal inference for the entire beneficiary population.

Keywords: solidarity economy; community development bank; social technology; social innovation; social currency.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Contextualização do tema	7
1.2 Problema de pesquisa.....	9
1.3 Justificativa	10
1.4 Objetivos	11
1.4.1 Objetivo geral.....	11
1.4.2 Objetivos específicos.....	11
1.5 Estrutura do trabalho	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Economia solidária e bancos comunitários de desenvolvimento.....	12
2.2 Tecnologia social	13
2.3 Inovação social	14
2.4 Segurança alimentar e programas de transferência de renda focados em alimentação ..	15
2.5 Síntese teórica e categorias analíticas	16
3 METODOLOGIA.....	17
3.1 Caracterização da pesquisa	17
3.2 População e amostra	18
3.3 Instrumento de coleta de dados.....	18
3.4 Operacionalização das variáveis	20
3.5 Procedimentos de aplicação	20
3.6 Procedimentos de análise dos dados	21
3.7 Aspectos éticos	23
3.8 Limitações do método.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
4.1 Perfil dos beneficiários e formas de utilização do cartão	25
4.2 Facilidade de uso, clareza, adequação e apropriação.....	29

4.3 Contribuições percebidas: autonomia, alimentação, orçamento e comércio local	30
4.4 Discussão integrada	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
5.1 Implicações gerenciais	36
5.2 Limitações da pesquisa	37
5.3 Sugestões para pesquisas futuras	38
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO	41

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema

A economia solidária reúne práticas econômicas orientadas por cooperação, solidariedade, autogestão e valorização do trabalho humano. Em vez de reduzir a atividade econômica à obtenção de lucro individual, essa abordagem considera produção, circulação, consumo e finanças como dimensões capazes de fortalecer vínculos sociais e promover desenvolvimento territorial. Singer (2002) destaca a associação entre pessoas e a organização coletiva como elementos centrais dessa lógica, enquanto as políticas de economia solidária procuram criar condições institucionais para que essas práticas se desenvolvam em contextos concretos.

Entre as experiências de finanças solidárias, destacam-se os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). Segundo Melo Neto Segundo e Magalhães (2009), os Bancos Comunitários de Desenvolvimento articulam mecanismos financeiros de caráter solidário e comunitário, voltados ao fortalecimento das economias locais e à geração de trabalho e renda. O modelo clássico articula território, redes de produção e consumo, crédito e moeda social, buscando aproximar serviços financeiros das necessidades da comunidade. A trajetória do Banco Palmas, criado em Fortaleza, tornou-se referência brasileira por combinar instrumentos financeiros, mobilização comunitária e incentivo ao consumo local (Mostagi et al., 2019).

Dados socioeconômicos ajudam a situar o contexto do município de Dona Inês, que registra 10.380 habitantes de acordo com o Censo de 2022 e PIB per capita de R\$ 11.311,97 em 2023 (IBGE, [s.d.]). O IDHM apresentado no portal Cidades e Estados é 0,545 e corresponde ao ano de 2010, razão pela qual não deve ser interpretado como indicador atual. No campo da proteção social, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome registrou 2.174 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em abril de 2026 (Brasil, 2026). Considerados em seus respectivos anos de referência, esses dados ajudam a contextualizar a relevância local de políticas de proteção social, segurança alimentar e geração de oportunidades, contexto no qual se insere a política municipal de economia solidária.

No município de Dona Inês-PB, a economia solidária foi institucionalizada por um conjunto de normas locais. A Lei Municipal nº 903/2022 criou o Fundo Municipal de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais. Em 2025, a Lei Municipal nº 1.049 instituiu a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, o conselho e o fundo municipal da área; a Lei nº 1.059 instituiu o Programa de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento

Econômico e Social, o Banco Solidário Municipal e a moeda social; e a Lei nº 1.070 aprovou o I Plano Municipal de Economia Solidária 2025-2034 (Dona Inês, 2022; 2025a; 2025b; 2025c; 2025d).

O Plano Municipal registra que sua elaboração decorreu de processo participativo envolvendo comunidades urbanas e rurais, associações e parceiros institucionais. O documento informa a realização de mais de quinze reuniões e descreve escutas e debates públicos, inclusive discussões na zona urbana sobre criação de moeda social e circulação de recursos no município (Dona Inês, 2025d). Essa evidência documental é relevante para compreender a formação da política, mas não deve ser confundida com evidência de gestão cotidiana plenamente comunitária do Banco Solidário.

O caso de Dona Inês apresenta uma particularidade em relação ao modelo clássico dos BCD. O Banco Solidário possui forte institucionalização pelo poder público municipal: a gestão municipal ocupa posição central nas decisões institucionais, existe coordenação local do Banco e a operação utiliza infraestrutura tecnológica associada à plataforma E-Dinheiro. Por essa razão, este trabalho não presume equivalência automática entre o Banco Solidário e o Banco Palmas. O caso é tratado como um arranjo municipal de finanças solidárias que incorpora instrumentos e princípios associados aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, com forte institucionalização pública e inserção em um processo local participativo de construção da política de economia solidária.

No Programa Comida na Mesa, a implantação do Banco Solidário alterou a modalidade de operacionalização do benefício. O Plano Municipal registra que, em 2025, o programa ainda funcionava mediante distribuição de cestas básicas (Dona Inês, 2025d). Com a institucionalização do Banco Solidário, a legislação municipal passou a prever a utilização do arranjo para pagamentos de benefícios sociais e dos programas municipais correspondentes (Dona Inês, 2025b). Essa transição entre a entrega física e o uso de instrumento de pagamento constitui o recorte empírico central desta pesquisa.

A Lei Municipal nº 1.059/2025 define a moeda social digital INÊS como conta pré-paga de uso restrito ao município, operada por aplicativo e/ou cartão, e estabelece paridade de um para um com a moeda nacional (Dona Inês, 2025b). A mesma norma prevê pagamentos e transações no comércio e entre prestadores de serviços do município. Assim, o arranjo possui um mecanismo institucional de direcionamento territorial das transações, sem que essa característica autorize, por si só, afirmar aumento de faturamento, renda ou impacto econômico sobre os estabelecimentos.

Quadro 1 – Marco institucional relacionado ao Banco Solidário de Dona Inês-PB

Documento	Conteúdo relacionado à pesquisa	Relação com o caso
Lei Municipal nº 903/2022	Institui o Fundo Municipal de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais.	Base institucional para ações de combate à pobreza e complementação de renda.
Lei Municipal nº 1.049/2025	Institui a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, o conselho e o fundo municipal.	Define princípios de solidariedade, cooperação, autogestão, participação e sustentabilidade.
Lei Municipal nº 1.059/2025	Institui o programa municipal, o Banco Solidário e a moeda social digital INÊS.	Estrutura o arranjo de pagamento, autoriza pagamentos sociais e orienta o consumo local.
Lei Municipal nº 1.070/2025 e Plano 2025-2034	Aprova objetivos, metas e linhas de ação da economia solidária municipal.	Registra processo participativo e prevê consolidação do banco, da moeda social e de redes locais.

Fonte: elaboração própria com base em Dona Inês (2022; 2025a; 2025b; 2025c; 2025d).

1.2 Problema de pesquisa

A existência de uma estrutura legal, de um cartão e de uma plataforma digital não assegura, isoladamente, que uma solução seja compreendida, acessível, adequada às necessidades locais ou apropriada por seus usuários. A literatura sobre tecnologia social chama atenção para processos de adaptação, participação, aprendizagem e apropriação, ao passo que a inovação social exige observar de que maneira novas formas de organização respondem a necessidades sociais e alteram práticas existentes (Rigo; Ventura, 2025; Nascimento; Pinto, 2024).

No caso do Programa Comida na Mesa, a transição da cesta física para o cartão/moeda social modifica a forma como a política chega às famílias. O beneficiário passa a escolher produtos dentro da rede habilitada e das regras do programa, ao mesmo tempo em que o gasto é direcionado ao comércio credenciado do município. Essa mudança suscita questões sobre clareza, facilidade de uso, disponibilidade de produtos, autonomia de escolha e contribuição percebida para a alimentação e o orçamento familiar.

Entretanto, o desenho transversal e baseado em autorrelato não permite atribuir causalidade econômica ou nutricional à política. O problema de pesquisa foi, portanto, delimitado à percepção dos participantes e às dimensões efetivamente medidas pelo questionário. Formula-se a seguinte questão: como os beneficiários respondentes do Programa Comida na Mesa percebem o Banco Solidário de Dona Inês-PB quanto à facilidade de uso, clareza das informações, adequação às necessidades, apropriação operacional, autonomia de escolha, contribuições percebidas para alimentação, orçamento familiar, comércio local, à luz das perspectivas de tecnologia social e inovação social?

1.3 Justificativa

A justificativa acadêmica deste estudo decorre da possibilidade de aproximar os campos da economia solidária, dos bancos comunitários, da tecnologia social e da inovação social a partir da perspectiva dos usuários de uma política municipal. Parte importante da literatura examina instituições, gestores, modelos de governança e processos de implantação. Nascimento e Pinto (2024), por exemplo, analisam princípios de inovação social a partir da percepção de gestores de bancos comunitários, enquanto Rigo e Ventura (2025) discutem os desafios da reaplicação e da digitalização das moedas sociais. O presente estudo acrescenta a percepção dos beneficiários no contexto da transição de um benefício alimentar em cesta física para um arranjo baseado em cartão/moeda social.

A relevância social decorre do vínculo do Programa Comida na Mesa com necessidades alimentares de famílias atendidas pela política municipal. A Lei nº 11.346/2006 estabelece que a segurança alimentar e nutricional envolve acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometimento de outras necessidades essenciais. Este trabalho, contudo, não mede segurança alimentar por escala validada, consumo alimentar ou avaliação nutricional; investiga apenas contribuição percebida do benefício para a alimentação e para o orçamento familiar.

A relevância administrativa está na produção de informação sobre o funcionamento percebido do novo modelo. O questionário permite identificar dificuldade de uso, necessidade de auxílio, clareza das orientações, adequação da rede credenciada, liberdade de escolha e satisfação. Também registra sugestões espontâneas dos participantes. Esses elementos podem subsidiar comunicação, suporte aos usuários, revisão de procedimentos e aperfeiçoamento gerencial, sem transformar opiniões dos respondentes em representação estatística de toda a população beneficiária.

Para o campo da Administração, o estudo contribui ao analisar um arranjo organizacional municipal de finanças solidárias no qual se articulam gestão e organização de serviços, relacionamento com usuários, comunicação, coordenação da rede credenciada, acompanhamento de resultados, políticas públicas, governança e tomada de decisão. A particularidade do Banco Solidário de Dona Inês, marcado por forte institucionalização municipal e por instrumentos associados às finanças solidárias, permite observar como finalidade social e capacidade administrativa se combinam em um arranjo híbrido. Essa contribuição permanece circunscrita ao caso analisado e não pretende representar o conjunto dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil.

A relevância territorial está associada ao desenho institucional que restringe o uso do benefício à rede habilitada do município. A pesquisa mede a percepção de incentivo às compras locais e de contribuição ao comércio, mas não dispõe de dados de faturamento, renda de comerciantes, preços, multiplicadores ou grupo de comparação. Assim, sua contribuição econômica é analítica e descritiva: documentar como os respondentes avaliam esse mecanismo e indicar questões que podem ser examinadas em estudos posteriores.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Analisar a percepção dos beneficiários respondentes do Programa Comida na Mesa sobre o Banco Solidário de Dona Inês-PB.

1.4.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o perfil dos beneficiários respondentes e identificar as principais formas de utilização do cartão do Banco Solidário.
- Avaliar a percepção dos beneficiários quanto à clareza das informações, à facilidade de uso, à adequação às necessidades familiares e à apropriação operacional da solução, à luz da tecnologia social.
- Examinar as contribuições percebidas do benefício para a autonomia de escolha, a alimentação, o orçamento familiar e o fortalecimento percebido do comércio local, à luz da inovação social.

1.5 Estrutura do trabalho

O trabalho está organizado em cinco seções. A primeira apresenta a contextualização, o problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos. A segunda desenvolve o referencial teórico sobre economia solidária e bancos comunitários, tecnologia social, inovação social e segurança alimentar, finalizando com a síntese das categorias analíticas. A terceira descreve os procedimentos metodológicos, incluindo população e amostra, pré-teste do instrumento, aplicação, denominadores analíticos, tratamento dos dados, aspectos éticos e limitações. A quarta apresenta os resultados e a discussão, distinguindo evidências do *survey* de evidências documentais. A quinta reúne as considerações finais, resposta ao problema da pesquisa, atendimento aos objetivos, contribuições, implicações gerenciais, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia solidária e bancos comunitários de desenvolvimento

A economia solidária pode ser compreendida como um campo de práticas e organizações que articula atividade econômica, cooperação e finalidade social. Singer (2002) ressalta que sua lógica se diferencia da empresa capitalista tradicional pela valorização da associação, da participação e da organização coletiva. Essa perspectiva não elimina a necessidade de viabilidade econômica, mas procura combinar produção, comercialização e finanças com inclusão, reciprocidade e desenvolvimento territorial.

As finanças solidárias constituem um dos instrumentos desse campo. Entre suas manifestações encontram-se cooperativas de crédito solidário, fundos rotativos e Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Segundo Melo Neto Segundo e Magalhães (2009), os BCD articulam mecanismos financeiros de caráter solidário e comunitário, voltados ao fortalecimento das economias locais e à geração de trabalho e renda. O território é elemento estruturante porque o banco procura articular produtores, comerciantes, consumidores e organizações locais em circuitos de proximidade.

O Banco Palmas é uma referência histórica desse modelo. Mostagi et al. (2019) destacam a importância do banco e da moeda social para inclusão e desenvolvimento local, enquanto a experiência relatada por Melo Neto Segundo e Magalhães (2009) mostra a combinação de microcrédito, moeda social, instrumentos de comercialização e gestão comunitária. Esses elementos ajudam a compreender o modelo clássico, mas não devem ser transferidos automaticamente para qualquer iniciativa municipal que utilize moeda social.

A literatura também ressalta dimensões de cidadania, participação e construção de vínculos. Leal, Cavalcante e Coelho (2020) discutem a utilidade social dos bancos comunitários para além do serviço financeiro, incorporando dimensões sociopolíticas, socioculturais e socioinstitucionais. Farias (2018), ao estudar o Banco Comunitário dos Cocais, identifica a gestão coletiva e o atendimento a públicos excluídos do sistema financeiro convencional como elementos associados ao caráter inovador dessas experiências.

Ao comparar essa literatura com a de Dona Inês - PB, é necessário reconhecer a natureza híbrida do caso. A legislação municipal e a operação corrente conferem protagonismo ao poder público na institucionalização, no financiamento e nas decisões do Banco Solidário. Ao mesmo tempo, o Plano Municipal documenta um processo participativo anterior e mais amplo de construção da política de economia solidária, com reuniões, escutas e envolvimento de comunidades e organizações locais (Dona Inês, 2025d). Assim, a existência de participação na

formulação da política não significa que a gestão cotidiana do Banco seja integralmente autogestionária ou comunitária.

Para fins deste estudo, a expressão Banco Solidário de Dona Inês-PB é mantida conforme a denominação institucional local. Conceitualmente, o caso é analisado em diálogo com os BCD, pois incorpora moeda social, direcionamento territorial do consumo, finalidade de inclusão e princípios de economia solidária, mas apresenta forte institucionalização municipal. Essa particularidade constitui uma contribuição do estudo: observar como instrumentos associados às finanças comunitárias são incorporados a uma política pública local de proteção social.

2.2 Tecnologia social

Para fins deste trabalho, a tecnologia social é tratada para além de equipamentos ou sistemas digitais. Na discussão teórica apresentada por Rigo e Ventura (2025), destacam-se a construção coletiva, a adaptação às condições locais e a apropriação como dimensões relevantes da tecnologia social, especialmente no contexto das moedas sociais. Essas dimensões permitem observar como uma solução se relaciona com os grupos locais, com as condições do território e com sua finalidade de transformação social.

A literatura diferencia replicação e reaplicação. A replicação tende a transferir uma solução pronta, enquanto a reaplicação pressupõe adaptação ao novo contexto, incorporação de necessidades e interesses locais e construção de capacidades para utilização e manutenção da tecnologia. Rigo e Ventura (2025) mostram que, no caso das moedas sociais, a apropriação envolve mais do que disponibilizar a ferramenta: exige informação, capacitação, participação e adequação sociotécnica.

Em contribuição recente ao campo, Addor e Curi Filho (2025) propõem que experiências de tecnologia social sejam analisadas como processos sociotécnicos, e não pela simples classificação de um artefato ou ferramenta como “social”. Entre os aspectos destacados pelos autores estão a finalidade orientada a demandas coletivas, a participação dos sujeitos envolvidos, a democratização da tomada de decisão, a apropriação coletiva e a adequação sociotécnica ao contexto. Essa perspectiva reforça que a capacidade de uso e a autonomia dos usuários não decorrem apenas da disponibilidade da tecnologia, mas também das condições para compreendê-la, incorporá-la e participar de seu desenvolvimento ou adaptação.

No caso de Dona Inês, a integração do Programa Comida na Mesa ao Banco Solidário pode ser analisada como uma adaptação local de instrumentos de finanças solidárias. A política anteriormente baseada em cesta física passou a utilizar cartão/moeda social, com valor definido

em moeda local, rede credenciada e possibilidade de escolha de produtos permitidos. Essa reorganização combina uma infraestrutura tecnológica digital associada à plataforma e-Dinheiro com regras e objetivos definidos no contexto municipal. A existência dessa adaptação é compatível com a discussão sobre reaplicação, mas o *survey* não mede diretamente todo o processo de coconstrução da tecnologia.

A digitalização torna essa distinção particularmente relevante. Rigo e Ventura (2025) mostram que a passagem da moeda social para uma plataforma digital envolve transformações no suporte tecnológico e nas relações de apropriação, de modo que reaplicar não significa apenas reproduzir o mesmo instrumento em novo formato. No caso analisado, convém distinguir o funcionamento técnico do cartão e da infraestrutura digital do processo social mais amplo de compreensão, adaptação, participação e construção de capacidades. O levantamento realizado permite observar principalmente a primeira camada da apropriação pelos usuários, sem mensurar integralmente a construção coletiva da tecnologia.

A presente pesquisa observa principalmente a apropriação operacional. Clareza das informações, facilidade de uso, necessidade de ajuda, disponibilidade de produtos, dificuldades técnicas e liberdade de escolha são indicadores de como o usuário se relaciona com a solução. Eles permitem avaliar barreiras e adequação no uso cotidiano, mas não constituem uma escala validada de tecnologia social nem demonstram, isoladamente, participação na governança, controle social ou decisão coletiva.

Por essa razão, duas fontes de evidência são mantidas separadas. A evidência documental, especialmente o Plano Municipal, informa sobre participação social na construção da política. A evidência do *survey* informa sobre uso, compreensão, facilidade, disponibilidade e autonomia percebida pelos respondentes. A caracterização mais ampla do caso depende da leitura conjunta dessas fontes, sem atribuir ao questionário dimensões que ele não investigou.

2.3 Inovação social

A inovação social refere-se a mudanças em práticas, serviços, relações ou arranjos institucionais destinados a responder a necessidades sociais. Seu caráter inovador é contextual: uma solução não precisa ser inédita em escala nacional para representar uma reorganização relevante em determinado território. Nascimento e Pinto (2024) identificam princípios de inovação social na atuação de bancos comunitários e ressaltam que essas organizações podem combinar inclusão financeira, articulação territorial e novas formas de resposta a problemas locais.

No âmbito das políticas públicas, a inovação social também pode ser examinada pelas relações entre Estado, organizações e comunidade. Espírito Santo, Costa e Voks (2026), ao discutirem a interface entre inovação social e governança pública, destacam a relevância de arranjos colaborativos, cocriação e interação entre múltiplos atores para responder a problemas públicos complexos. Essa perspectiva ajuda a diferenciar a simples introdução de um novo instrumento de uma inovação social mais ampla: institucionalização e capacidade administrativa podem sustentar mudanças na prestação de serviços, mas participação, coordenação e relações entre os atores permanecem dimensões relevantes para sua consolidação e sustentabilidade.

No caso estudado, a principal mudança observável é a transição da entrega física de cesta básica para um benefício operado por cartão/moeda social dentro de uma rede local credenciada. Essa transformação modifica a modalidade de acesso ao benefício, amplia a possibilidade de escolha dentro das regras do programa e conecta a política de alimentação a um instrumento municipal de finanças solidárias. Esses elementos permitem analisar a experiência como inovação institucional e social em sentido contextual, sem afirmar que houve transformação estrutural do território.

O questionário mede autonomia percebida, preferência em relação à modalidade anterior, contribuição percebida para alimentação e orçamento e percepção de incentivo ao comércio local. Esses resultados podem ser interpretados como efeitos percebidos compatíveis com dimensões de inovação social. Eles não medem geração líquida de renda, aumento de faturamento, transformação das relações econômicas ou causalidade. Assim, o termo inovação social é empregado como lente analítica, e não como um resultado causal comprovado pelo *survey*.

A institucionalização pública também merece atenção. A criação de leis, fundos, conselho, banco e moeda social amplia a capacidade do município de operacionalizar políticas sob uma lógica de economia solidária. Entretanto, a institucionalização não equivale automaticamente a participação ou inovação social consolidada. A análise deve considerar tanto a capacidade do arranjo de responder a necessidades quanto os limites de governança, apropriação e sustentabilidade observados em cada contexto.

2.4 Segurança alimentar e programas de transferência de renda focados em alimentação

A Lei nº 11.346/2006 define segurança alimentar e nutricional a partir do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e sem comprometimento de outras necessidades essenciais. A definição mostra que alimentação e orçamento doméstico

estão interligados: a capacidade de adquirir alimentos depende dos recursos disponíveis e das demais despesas da família.

Programas de alimentação podem utilizar diferentes instrumentos, como entrega direta de alimentos, cestas ou benefícios monetários e cartões com uso condicionado. Esses formatos possuem desenhos distintos. A cesta física define previamente os itens entregues; o cartão transfere ao beneficiário maior participação na escolha, embora essa autonomia permaneça limitada pelo valor, pela rede credenciada e pelas regras dos produtos permitidos. No Comida na Mesa, a mudança para o cartão deve ser analisada a partir dessa combinação entre escolha e restrições institucionais.

Os itens 18 a 20 do questionário examinam a contribuição percebida para alimentação e orçamento. Essa percepção não equivale a uma medida de segurança alimentar. O estudo não aplicou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) ou instrumento equivalente, não avaliou consumo alimentar, qualidade da dieta, antropometria ou estado nutricional. Portanto, não é metodologicamente adequado concluir que o Banco Solidário reduziu a insegurança alimentar; é possível afirmar apenas que determinados respondentes perceberam contribuição positiva do benefício para sua alimentação familiar.

A rede credenciada também integra essa discussão. A possibilidade de escolha só se concretiza se os estabelecimentos oferecerem produtos compatíveis com as necessidades das famílias. Por isso, disponibilidade de produtos, número de estabelecimentos usados e dificuldades operacionais são dimensões relevantes para avaliar adequação. Da mesma forma, a suficiência do valor deve ser interpretada com cautela, porque o estudo não levantou preços, composição da cesta doméstica nem renda per capita.

2.5 Síntese teórica e categorias analíticas

Esta seção explicita a ponte entre o referencial teórico, as dimensões observadas no questionário e a forma de interpretar os resultados. O quadro 2 apresenta, para cada categoria do instrumento, a lente teórica predominante, o aspecto analítico observado e os itens utilizados. Assim, clareza, facilidade, adequação e apropriação operacional são lidos como Tecnologia Social; autonomia, alimentação/orçamento, mudança entre modalidades e comércio local são analisados com apoio da inovação social; e a segurança alimentar funciona como referência para delimitar o alcance das interpretações sobre alimentação, sem converter percepção em diagnóstico.

Quadro 2 – Síntese das categorias analíticas da pesquisa

Categoria	Lente Teórica Predominante	Significado analítico	Itens
Clareza das informações	Tecnologia social	Compreensão das orientações e do funcionamento.	Q12 (direto); Q10 como complemento apenas na opção de dificuldade de entendimento.
Facilidade e apropriação operacional	Tecnologia social	Uso do cartão, necessidade de ajuda e barreiras operacionais.	Q6, Q10, Q11 e Q13.
Adequação às necessidades	Tecnologia social / inovação social	Correspondência entre rede, produtos, regras e necessidades percebidas.	9 e 15
Autonomia de escolha	Inovação social	Liberdade percebida para escolher os produtos necessários.	Q14 (indicador direto).
Alimentação e orçamento familiar	Inovação social / alimentação	Contribuição percebida para alimentação e para uso da renda em outras despesas.	18, 19 e 20
Comércio local	Inovação social territorial	Percepção de incentivo à compra no município e de fortalecimento do comércio.	21 e 22
Satisfação e melhoria	Avaliação global	Síntese da experiência e prioridades espontâneas de aperfeiçoamento.	23 e 24
Padrão de utilização	Utilização do benefício	Forma de organização da compra e diversificação de estabelecimentos.	Q7 e Q8.
Mudança percebida entre modalidades	Tecnologia social / inovação social	Comparação entre cartão e modalidade anterior.	Q16 (comparação); Q17 somente como histórico/filtro.

Fonte: elaboração própria (2026).

O quadro funciona como mapa analítico e não transforma as perguntas em escalas validadas. Q12 é o principal indicador direto de clareza; Q14 observa autonomia de escolha; Q16 compara as modalidades, enquanto Q17 é utilizado somente como histórico/filtro dessa comparação; e Q7 e Q8 descrevem o padrão de utilização do benefício. Os indicadores permanecem analisados separadamente. A facilidade de uso, por exemplo, representa apenas uma dimensão da apropriação operacional e não equivale, isoladamente, à caracterização integral de tecnologia social.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa adotou abordagem quantitativa, com objetivo descritivo e desenho de corte transversal. A estratégia principal foi um levantamento do tipo *survey*, realizado por questionário estruturado com beneficiários do Programa Comida na Mesa. O estudo descreve

padrões observados entre os respondentes em determinado período e não acompanha mudanças individuais ao longo do tempo.

A unidade de análise é o beneficiário respondente. O *survey* constitui a fonte empírica principal dos resultados. Documentos municipais — leis e o I Plano Municipal de Economia Solidária — foram utilizados como apoio documental para contextualizar o arranjo institucional, a formação da política e os objetivos normativos. Essa fonte documental é tratada separadamente das respostas do questionário e não transforma o desenho principal em estudo qualitativo ou em avaliação causal.

O trabalho possui caráter aplicado por analisar uma política municipal em funcionamento e produzir informações úteis ao aperfeiçoamento administrativo. As conclusões são delimitadas ao caso e à percepção dos participantes, não sendo generalizadas automaticamente para todos os beneficiários, outros bancos solidários ou outros municípios.

3.2 População e amostra

Conforme a base cadastral administrativa do Programa Comida na Mesa/Banco Solidário, consultada no período da coleta em agosto de 2026, havia 840 beneficiários ativos, quantitativo adotado como população de referência ($N = 840$). A intenção de divulgação foi alcançar toda essa base por meio do e-mail institucional. Na verificação da base cadastral utilizada para o envio do questionário, aproximadamente 90 registros apresentavam endereços eletrônicos incorretos ou inválidos, reduzindo a cobertura potencial do canal eletrônico.

Foram registradas 82 submissões no *Google Forms*. Uma pessoa marcou que não concordava em participar e esse registro foi excluído integralmente, resultando em 81 respostas válidas, correspondentes a 9,64% da população de referência. A amostra efetivamente analisada foi não probabilística por adesão voluntária.

Não houve sorteio, seleção aleatória ou mecanismo que permitisse conhecer a probabilidade de inclusão de cada participante. Por essa razão, os resultados descrevem os respondentes e não são utilizados para generalização estatística da população de 840 beneficiários. Por se tratar de amostra não probabilística por adesão voluntária, não foi calculada nem atribuída margem de erro aos resultados observados.

3.3 Instrumento de coleta de dados

O instrumento foi elaborado no *Google Forms* pelo pesquisador, com sugestões e análise do orientador. Antes da aplicação definitiva, o orientador solicitou um teste com cinco beneficiários. Esse pré-teste/piloto teve finalidade de verificar clareza, compreensão e

adequação da linguagem ao público. A partir das dificuldades observadas, perguntas foram modificadas e simplificadas antes da coleta definitiva. O procedimento não constitui validação científica, psicométrica ou formal de construto.

A base CSV utilizada nesta análise contém somente registros datados entre 3 e 9 de agosto de 2026, período da coleta definitiva. Assim, as respostas do pré-teste não integram o arquivo final analisado. O instrumento definitivo iniciou com uma questão de consentimento e, em seguida, apresentou itens de perfil, utilização do cartão, tecnologia social e inovação e, no formulário original, um bloco denominado “Impactos percebidos”. Na redação analítica o último bloco é tratado como “contribuições percebidas”, evitando interpretação causal incompatível com o desenho da pesquisa.

Quadro 3 – Estrutura do questionário aplicado

Bloco	Itens	Conteúdo	Formato predominante
Consentimento	1	Concordância voluntária com a participação.	Dicotômica; critério de inclusão.
Perfil socioeconômico	2 a 5	Faixa etária, residência, moradores e principal fonte de renda.	Categorias nominais/ordinais.
Utilização do Banco Solidário	6 a 11	Uso, forma de compra, estabelecimentos, oferta de produtos, dificuldades e ajuda.	Resposta única e múltipla.
Tecnologia social e inovação	12 a 17	Clareza, facilidade, liberdade, adequação, comparação com cesta e experiência anterior.	Itens ordinais e questão dicotômica.
Contribuições percebidas*	18 a 24	Alimentação, orçamento, suficiência percebida do valor, compra local, satisfação e melhoria.	Itens ordinais, nota 0-10 e pergunta aberta.

Fonte: elaboração própria (2026).

Os itens 12 a 16 e 18 a 22 apresentam cinco categorias ordenadas com rótulos específicos. Embora alguns itens se assemelhem a escalas do tipo *Likert*, cada pergunta foi tratada como variável ordinal individual. Não foi criado índice geral de tecnologia social, inovação social ou segurança alimentar. O item 23 utiliza escala de satisfação de 0 a 10, e o item 24 é aberto.

O item 10 permitia múltiplas marcações. Cada alternativa foi tratada como ocorrência independente, razão pela qual a soma de percentuais desse item pode ultrapassar 100%. O formulário não possuía lógica de salto entre a questão 6 e os itens posteriores, o que produziu respostas logicamente incompatíveis em quatro registros que declararam não ter utilizado o

cartão, mas responderam perguntas que pressupunham uso. As inconsistências foram tratadas mediante aplicação de filtros analíticos definidos na etapa de tratamento dos dados, preservando-se as respostas originais, sem imputação e sem alteração artificial dos registros.

3.4 Operacionalização das variáveis

A operacionalização relaciona os objetivos específicos às variáveis observadas. Como o instrumento não é uma escala validada, os conceitos teóricos são empregados como categorias interpretativas e não como construtos mensurados integralmente. O quadro a seguir apresenta o vínculo principal entre objetivos, itens e tratamento efetivamente realizado.

Quadro 4 – Operacionalização das variáveis e relação com os objetivos

Objetivo específico	Dimensão	Itens	Indicadores	Análise realizada
1. Caracterizar perfil e uso	Perfil e utilização	2-11	Faixa etária; zona; moradores; renda; uso; compras; rede; dificuldades; ajuda.	Frequências e percentuais, com filtro de usuários nas questões dependentes de uso.
2. Avaliar dimensões associadas à tecnologia social	Clareza, facilidade, adequação e apropriação	9-16 (Q17 como filtro de Q16)	Clareza; facilidade; disponibilidade; ajuda; liberdade; atendimento; comparação com cesta, condicionada ao histórico informado em Q17.	Distribuições, mediana, moda e agrupamento descritivo negativo/intermediário/positivo.
3. Examinar dimensões associadas à inovação social	Autonomia e contribuições percebidas	14, 16, 18-24 (Q17 como filtro de Q16)	Liberdade; mudança percebida entre modalidades; alimentação; orçamento; valor; compra local; comércio; satisfação; melhoria.	Frequências, medidas descritivas da satisfação e categorização temática da questão aberta.

Fonte: elaboração própria (2026).

3.5 Procedimentos de aplicação

A coleta definitiva ocorreu entre 3 e 9 de agosto de 2026. O convite contendo o link do *Google Forms* foi enviado pelo e-mail institucional do Banco Solidário aos beneficiários cadastrados. O envio foi realizado pelo próprio pesquisador, que atua profissionalmente como coordenador do Banco Solidário. A intenção era alcançar os 840 beneficiários ativos. Na verificação da base cadastral utilizada para o envio do questionário, aproximadamente 90 registros apresentavam endereços eletrônicos incorretos ou inválidos, reduzindo a cobertura potencial do canal eletrônico.

A participação ocorreu de forma eletrônica e independente. O pesquisador não acompanhou presencialmente o preenchimento e, por isso, não é possível afirmar em que local ou dispositivo cada resposta foi produzida. O formulário era acessível por link e não exigia nome, CPF, número do cartão ou outro identificador pessoal. As respostas foram registradas de forma anônima no arquivo analisado.

Não havia bloqueio técnico que impedisse mais de uma resposta pela mesma pessoa. Como não foram coletados identificadores, não é possível confirmar ou excluir duplicidade com base em identidade individual. A verificação da base não encontrou linhas integralmente duplicadas. Esse procedimento reduz a possibilidade de repetição idêntica, mas não autoriza afirmar que respostas múltiplas pela mesma pessoa eram impossíveis.

A coleta foi encerrada em razão do prazo acadêmico para conclusão após orientação do professor. O quantitativo obtido é apresentado apenas como cobertura da população de referência, sem atribuição de representatividade estatística.

3.6 Procedimentos de análise dos dados

A base original foi exportada do *Google Forms*. Inicialmente, excluiu-se integralmente o registro que marcou “Não” na questão de consentimento, resultando em 81 casos válidos. Em seguida, foram conferidas categorias, ausências, duplicidades integrais e coerência entre questões dependentes de experiência. As respostas originais foram preservadas, inclusive quando apresentavam inconsistências lógicas.

A principal correção analítica consistiu em definir denominadores adequados por pergunta. Questões que pressupõem experiência de uso foram analisadas somente entre os 77 participantes que responderam “Sim” à questão 6. A comparação com a modalidade de cesta foi analisada exclusivamente entre os 76 participantes que responderam “Sim” à questão 17. Questões de percepção geral, como clareza das informações e incentivo/fortalecimento do comércio local, permaneceram com os 81 respondentes. A satisfação foi analisada prioritariamente entre os 77 usuários, com análise de sensibilidade considerando os 81 casos.

Quadro 5 – Denominadores e filtros analíticos adotados

Itens	Base principal	Justificativa
2 a 6	n = 81	Perfil e declaração de uso aplicáveis a todos os respondentes válidos.
7 a 11	n = 77	Itens pressupõem experiência prática; filtro: Q6 = “Sim”.

Itens	Base principal	Justificativa
12	n = 81	Clareza pode ser avaliada mesmo antes da primeira utilização.
13 a 15	n = 77	Facilidade, liberdade e atendimento foram tratados como experiência de usuários.
16	n = 76	Comparação válida apenas para quem declarou experiência anterior na Q17.
17	n = 81	Histórico de participação na modalidade anterior.
18 a 20	n = 77	Contribuições para alimentação e orçamento pressupõem utilização do benefício no cartão.
21 e 22	n = 81	Percepção geral sobre direcionamento territorial e comércio local.
23	n = 77 (principal); n = 81 (sensibilidade)	Satisfação principal entre usuários; sensibilidade verifica efeito dos quatro não usuários.
24	n = 44 respostas textuais	Percentuais temáticos calculados entre quem respondeu à questão aberta; relação com n = 81 informada separadamente.

Fonte: elaboração própria com base no questionário e na base CSV (2026).

Variáveis nominais e ordinais foram descritas por frequências absolutas e relativas. Nos itens de cinco categorias, as respostas foram apresentadas integralmente nas tabelas de base e, para síntese, as duas categorias inferiores foram agrupadas como avaliação negativa, a categoria central como intermediária e as duas categorias superiores como positiva. Mediana e moda foram calculadas respeitando a ordem das categorias. Esses agrupamentos são descritivos e não representam pontos de corte validados externamente.

A satisfação de 0 a 10 foi descrita por média, mediana, moda, desvio-padrão, mínimo, máximo e frequência das notas. Não foram realizados testes inferenciais, estimativas de margem de erro ou associações com pretensão de generalização populacional. A questão aberta foi submetida a categorização temática simples: cada resposta foi lida integralmente e alocada em uma categoria predominante, preservando-se exemplos apenas por paráfrase.

Quadro 6 – Plano de tratamento e análise dos dados

Tipo de variável	Exemplos	Tratamento efetivamente realizado	Apresentação
Nominal	Zona, fonte de renda, uso do cartão, experiência anterior	Frequência e percentual no denominador aplicável.	Tabelas e texto descritivo.

Tipo de variável	Exemplos	Tratamento efetivamente realizado	Apresentação
Ordinal	Clareza, facilidade, autonomia, contribuições percebidas	Frequência, mediana, moda e síntese negativa/intermediária/positiva.	Tabelas e discussão.
Múltipla resposta	Dificuldades com o cartão	Contagem de cada alternativa entre usuários; percentuais podem superar 100%.	Tabela e nota metodológica.
Numérica discreta	Satisfação 0-10	Média, mediana, moda, desvio-padrão, mínimo e máximo.	Texto e tabela síntese.
Texto aberto	Principal melhoria	Categorização temática simples, uma categoria predominante por resposta.	Tabela de categorias e exemplos em paráfrase.

Fonte: elaboração própria (2026).

3.7 Aspectos éticos

A participação foi voluntária e precedida de informação na página inicial do *Google Forms* sobre a natureza acadêmica da pesquisa, seus objetivos e a utilização conjunta das respostas. O formulário não solicitava nome, CPF, número do cartão ou outro identificador pessoal, e o arquivo analisado não permite vincular uma resposta individual à identidade do participante. Em seguida, era apresentada a pergunta “Você concorda em participar voluntariamente da pesquisa?”, com as opções “Sim” e “Não”.

Das 82 submissões registradas, uma marcou “Não” e foi excluída integralmente da análise. Os resultados foram tratados de forma agregada. O anonimato, a voluntariedade, o consentimento eletrônico e a análise coletiva das respostas constituíram medidas de proteção aos participantes e de redução de exposição individual, sem que se atribua a essas medidas a eliminação de potenciais vieses de resposta.

A Resolução CNS nº 510/2016 prevê hipóteses de pesquisas que não são registradas nem avaliadas pelo Sistema CEP/CONEP, entre elas pesquisas de opinião pública com participantes não identificados. O Ofício Circular nº 17/2022 da CONEP apresenta orientações para a interpretação dessas hipóteses (Brasil, 2016; Brasil, 2022). Considerando que a presente pesquisa levanta, além de avaliações sobre o programa, informações descritivas sobre o perfil e a utilização do benefício, este trabalho não atribui a si enquadramento formal em hipótese de dispensa. Não houve submissão do estudo ao Sistema CEP/CONEP nem emissão de parecer formal de aprovação ou dispensa. Os procedimentos efetivamente adotados quanto à

voluntariedade, informação prévia, ausência de identificadores pessoais e análise agregada são descritos nesta seção.

3.8 Limitações do método

As limitações relacionadas à amostragem dizem respeito, primeiro, à adesão voluntária. Os 81 participantes não foram selecionados aleatoriamente e representam 9,64% da população de referência. Na verificação da base cadastral utilizada para o envio do questionário, aproximadamente 90 registros apresentavam endereços eletrônicos incorretos ou inválidos, gerando viés potencial de cobertura: nem todos os 840 beneficiários puderam ser alcançados pelo mesmo canal. A modalidade eletrônica também pode ter favorecido a participação de pessoas com maior familiaridade ou disponibilidade para utilizar meios digitais. Não se afirma que os não respondentes tinham menor capacidade digital, pois isso não foi medido; trata-se de possibilidade de autosseleção relevante justamente porque o estudo avalia uma solução tecnológica.

O desenho transversal, sem grupo de comparação e sem linha de base anterior, impede inferências causais. As respostas são autorreferidas e podem sofrer influência de memória, expectativas, desejabilidade social e receio de avaliar negativamente um programa público do qual o participante é beneficiário. O vínculo profissional do pesquisador com o Banco Solidário e o uso do e-mail institucional podem reforçar essa possibilidade. O anonimato e a voluntariedade reduziram, mas não eliminaram, esse risco.

O instrumento foi submetido apenas a pré-teste de clareza e compreensão com cinco beneficiários; não houve validação psicométrica ou processo formal de validação de construto. Vários itens foram formulados em sentido positivo, o que pode favorecer viés de aquiescência. Além disso, o formulário não utilizou lógica de salto, resultando em quatro participantes que declararam não ter usado o cartão, mas responderam questões posteriores como se possuíssem experiência. A estratégia adotada foi manter os registros originais e aplicar filtros por questão, sem imputação.

Como o formulário era anônimo e não havia bloqueio técnico para resposta única, não foi possível verificar duplicidade por identidade individual. A base não apresentou linhas integralmente repetidas, mas essa checagem não elimina completamente a possibilidade de múltiplas submissões da mesma pessoa. Também se registra que somente 44 dos 81 respondentes apresentaram texto na questão aberta, de modo que as categorias dessa pergunta descrevem apenas esse subgrupo.

Por fim, o estudo não possui dados de faturamento dos estabelecimentos, preços, orçamento domiciliar completo, renda per capita, consumo alimentar, qualidade nutricional ou escala validada de segurança alimentar. O survey também não mede diretamente governança, participação em conselhos, construção ou controle social. Por essas razões, os resultados são interpretados como percepções e contribuições percebidas, e não como prova de impacto econômico, melhoria nutricional ou caracterização integral da tecnologia social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise considerou 81 respostas válidas. Os denominadores variam conforme a natureza de cada item, seguindo as regras apresentadas no Quadro 5. Essa estratégia evita atribuir experiência prática aos quatro participantes que declararam não ter utilizado o cartão e restringe a comparação com a cesta aos 76 respondentes que efetivamente informaram ter vivenciado a modalidade anterior. Os percentuais a seguir descrevem os respondentes de cada base analítica e não são generalizados para todos os 840 beneficiários.

4.1 Perfil dos beneficiários e formas de utilização do cartão

Entre os 81 participantes, 25 (30,9%) tinham entre 25 e 34 anos, 23 (28,4%) até 24 anos e 23 (28,4%) entre 35 e 44 anos. A zona rural concentrou 49 respondentes (60,5%). Quanto ao tamanho das residências, 28 participantes (34,6%) declararam quatro moradores, 19 (23,5%) três moradores e 18 (22,2%) duas pessoas. Esses dados caracterizam o grupo respondente e não devem ser lidos como estimativa do perfil de toda a população beneficiária.

A principal fonte de renda declarada foi “benefícios sociais” para 40 participantes (49,4%), seguida de ausência de renda fixa para 22 (27,2%) e agricultura ou atividade rural para 13 (16,0%). Como o questionário não levantou renda domiciliar total nem renda per capita, não é possível classificar economicamente cada família. Ainda assim, a concentração de benefícios sociais e de ausência de renda fixa sugere situação de vulnerabilidade econômica entre parcela expressiva dos respondentes, compatível com a finalidade socioassistencial do programa.

Tabela 1 – Perfil dos beneficiários respondentes

Variável	Categoria	n	%
Faixa etária	Até 24 anos	23	28,4
Faixa etária	25 a 34 anos	25	30,9
Faixa etária	35 a 44 anos	23	28,4
Faixa etária	45 a 54 anos	9	11,1

Variável	Categoria	n	%
Faixa etária	55 a 64 anos	1	1,2
Faixa etária	65 anos ou mais	0	0,0
Zona de residência	Zona urbana	32	39,5
Zona de residência	Zona rural	49	60,5
Pessoas na residência	1 pessoa	3	3,7
Pessoas na residência	2 pessoas	18	22,2
Pessoas na residência	3 pessoas	19	23,5
Pessoas na residência	4 pessoas	28	34,6
Pessoas na residência	5 pessoas ou mais	13	16,0
Principal fonte de renda	Trabalho formal	1	1,2
Principal fonte de renda	Trabalho informal ou autônomo	1	1,2
Principal fonte de renda	Agricultura ou atividade rural	13	16,0
Principal fonte de renda	Aposentadoria ou pensão	1	1,2
Principal fonte de renda	Benefícios sociais	40	49,4
Principal fonte de renda	A família não possui renda fixa	22	27,2
Principal fonte de renda	Outra	3	3,7

Fonte: dados da pesquisa (2026). Base: n = 81 respostas válidas.

O uso do cartão foi declarado por 77 dos 81 participantes (95,1%). As questões 7 a 11 foram, então, analisadas apenas entre esses 77 usuários. Nesse grupo, 72 (93,5%) informaram concentrar o benefício em uma única compra e cinco (6,5%) realizar duas ou três compras. Quanto à diversidade de estabelecimentos, 35 usuários (45,5%) utilizaram apenas um, 31 (40,3%) dois e 11 (14,3%) três ou mais. Os dados mostram concentração de compras em poucos momentos e poucos estabelecimentos, mas o questionário não investigou as razões. Hipóteses como valor do benefício, hábito de compra, conveniência ou proximidade territorial devem ser tratadas apenas como possibilidades para pesquisas futuras.

A disponibilidade de produtos recebeu avaliação favorável: 66 usuários (85,7%) afirmaram encontrar sempre o que a família necessita, sete (9,1%) na maioria das vezes e quatro (5,2%) algumas vezes. Na questão de dificuldades, 72 usuários (93,5%) marcaram “não enfrentei dificuldades”. As demais ocorrências foram pontuais: saldo não disponível em dois casos (2,6%) e, com um registro cada (1,3%), problema com senha, cartão não reconhecido, dificuldade para entender o funcionamento, problema de atendimento e “outra”. Uma resposta

marcou simultaneamente “não enfrentei dificuldades” e “problema com a senha”; ambas as marcações foram preservadas, conforme a regra de não alterar respostas originais.

A necessidade de ajuda também foi baixa entre os usuários: 67 (87,0%) declararam não precisar de outra pessoa, oito (10,4%) precisaram apenas na primeira utilização e dois (2,6%) afirmaram sempre precisar de ajuda. Esse padrão sugere apropriação operacional por grande parte dos usuários respondentes, mas deve ser interpretado à luz do possível viés de autoseleção digital: pessoas que aderiram ao formulário eletrônico podem não reproduzir integralmente as características dos não respondentes.

Tabela 2 – Utilização do cartão e experiência de uso (continua)

Indicador	Categoria	n	%	Base
Uso do cartão (Q6)	Sim	77	95,1	81
Uso do cartão (Q6)	Não	4	4,9	81
Forma de utilização (Q7)	Em uma única compra	72	93,5	77
Forma de utilização (Q7)	Em duas ou três compras	5	6,5	77
Forma de utilização (Q7)	Em várias compras durante o mês	0	0,0	77
Estabelecimentos utilizados (Q8)	Apenas um	35	45,5	77
Estabelecimentos utilizados (Q8)	Dois	31	40,3	77
Estabelecimentos utilizados (Q8)	Três ou mais	11	14,3	77
Disponibilidade de produtos (Q9)	Sempre	66	85,7	77

Tabela 2 – Utilização do cartão e experiência de uso (conclusão)

Indicador	Categoria	n	%	Base
Disponibilidade de produtos (Q9)	Na maioria das vezes	7	9,1	77
Disponibilidade de produtos (Q9)	Algumas vezes	4	5,2	77
Disponibilidade de produtos (Q9)	Raramente	0	0,0	77
Disponibilidade de produtos (Q9)	Nunca	0	0,0	77
Dificuldades (Q10)	Não enfrentei dificuldades	72	93,5	77
Dificuldades (Q10)	Problema com a senha	1	1,3	77
Dificuldades (Q10)	Cartão não reconhecido	1	1,3	77
Dificuldades (Q10)	Saldo não disponível	2	2,6	77
Dificuldades (Q10)	Poucos estabelecimentos credenciados	0	0,0	77
Dificuldades (Q10)	Dificuldade para entender o funcionamento	1	1,3	77
Dificuldades (Q10)	Problema no atendimento do estabelecimento	1	1,3	77
Dificuldades (Q10)	Outra	1	1,3	77
Necessidade de ajuda (Q11)	Não	67	87,0	77
Necessidade de ajuda (Q11)	Apenas na primeira utilização	8	10,4	77
Necessidade de ajuda (Q11)	Algumas vezes	0	0,0	77
Necessidade de ajuda (Q11)	Sempre preciso de ajuda	2	2,6	77
Experiência anterior com cesta (Q17)	Sim	76	93,8	81
Experiência anterior com cesta (Q17)	Não	5	6,2	81

Fonte: dados da pesquisa (2026). Nota: Q7 a Q11 utilizam n = 77 (Q6 = “Sim”). Q10 admite múltiplas respostas; a soma pode exceder 100%.

4.2 Facilidade de uso, clareza, adequação e apropriação

A clareza das informações foi analisada entre os 81 respondentes, pois a pessoa pode ter recebido orientação mesmo sem ter utilizado o cartão. Sessenta e sete participantes (82,7%) avaliaram as informações como claras ou muito claras, dois (2,5%) como razoavelmente claras e 12 (14,8%) como nada ou pouco claras. O predomínio de avaliações positivas não elimina uma parcela relevante de dificuldade comunicacional. Esse contraste indica que facilidade operacional e clareza informacional não são dimensões idênticas: uma pessoa pode manejar o cartão e, ainda assim, considerar insuficientes as orientações recebidas.

Entre os 77 usuários, 70 (90,9%) classificaram o cartão como fácil ou muito fácil, um (1,3%) permaneceu neutro e seis (7,8%) o consideraram muito difícil. A liberdade de escolha também foi majoritariamente positiva: 69 usuários (89,6%) marcaram “permite bem” ou “permite totalmente”, seis (7,8%) “permite em parte” e duas (2,6%) respostas negativas. O atendimento às necessidades foi avaliado positivamente por 67 usuários (87,0%), enquanto oito (10,4%) indicaram atendimento parcial e dois (2,6%) “atende pouco”.

A comparação entre cartão e entrega direta foi restrita aos 76 participantes que declararam experiência anterior com cesta ou entrega de alimentos. Nesse subgrupo, 72 (94,7%) consideraram o cartão melhor ou muito melhor e quatro (5,3%) permaneceram neutros; não houve avaliações “pior” ou “muito pior”. O resultado demonstra preferência declarada pelo novo formato entre os respondentes com experiência nas duas modalidades, mas não representa avaliação experimental antes/depois: a comparação é retrospectiva, autorreferida.

À luz da tecnologia social, os dados sustentam uma interpretação circunscrita. A elevada facilidade, a baixa necessidade de ajuda e a percepção de adequação indicam dimensões de apropriação e adequação sociotécnica entre os usuários respondentes. Entretanto, o survey não mede participação na governança, coconstrução, controle social ou autonomia institucional. A evidência sobre participação na formulação da política deriva do Plano Municipal, e não das respostas do questionário. Assim, os resultados são compatíveis com características associadas à tecnologia social, mas não comprovam, isoladamente, sua caracterização integral.

Tabela 3 – Indicadores de clareza, facilidade, adequação e comparação entre modalidades

Indicador	Base	Negativa (%)	Intermediária (%)	Positiva (%)	Mediana / moda
Clareza das informações (Q12)	81	14,8	2,5	82,7	4 / Claras
Facilidade de uso (Q13)	77	7,8	1,3	90,9	4 / Fácil

Indicador	Base	Negativa (%)	Intermediária (%)	Positiva (%)	Mediana / moda
Liberdade de escolha (Q14)	77	2,6	7,8	89,6	4 / Permite bem
Atendimento às necessidades (Q15)	77	2,6	10,4	87,0	4 / Atende bem
Comparação com cesta (Q16)	76	0,0	5,3	94,7	5 / Muito Melhor

Fonte: dados da pesquisa (2026). Nota: Q12 usa n = 81; Q13-Q15 usam n = 77; Q16 usa n = 76 (participantes com experiência anterior).

4.3 Contribuições percebidas: autonomia, alimentação, orçamento e comércio local

As questões sobre alimentação e orçamento foram analisadas entre os 77 usuários do cartão. Na contribuição para a alimentação familiar, 75 usuários (97,4%) marcaram “ajudou” ou “ajudou muito”, um (1,3%) indicou contribuição parcial e um (1,3%) respondeu “ajudou pouco”. Esse achado deve ser formulado como contribuição percebida para a alimentação. O estudo não aplicou medida válida de segurança alimentar nem avaliou qualidade ou quantidade da dieta, de modo que o resultado não permite afirmar redução de insegurança alimentar.

A percepção sobre liberação de renda para outras despesas apresentou maior dispersão. Cinquenta e cinco usuários (71,4%) responderam “permitiu” ou “permitiu muito”, 12 (15,6%) “permitiu em parte” e 10 (13,0%) respostas negativas. Quanto à relevância do valor para as despesas alimentares, 67 usuários (87,0%) avaliaram positivamente, três (3,9%) permaneceram neutros e sete (9,1%) responderam “ajuda pouco”. Esses resultados mostram que a modalidade pode ser bem avaliada mesmo quando existe demanda por maior suficiência do valor.

Questões territoriais foram mantidas com os 81 respondentes por se referirem à percepção geral sobre o mecanismo de compra. Setenta e nove participantes (97,5%) avaliaram positivamente que o cartão incentiva as famílias a comprar no comércio de Dona Inês. O mesmo número percebeu a contribuição do Banco Solidário para fortalecer o comércio e a economia local. Essas respostas expressam a percepção dos participantes, não mensuração de impacto econômico. O que pode ser afirmado objetivamente sobre o desenho é que o benefício do Comida na Mesa é utilizado na rede municipal habilitada, criando direcionamento territorial do gasto; efeitos sobre faturamento e renda dos comerciantes não foram mensurados.

Em satisfação geral foi analisada prioritariamente entre os 77 usuários. A média foi 9,65, a mediana e a moda foram 10, o desvio-padrão amostral foi 0,77 e as notas variaram de 6 a 10. Sessenta usuários (77,9%) atribuíram nota 10, 70 (90,9%) deram 9 ou 10 e 75 (97,4%) deram 8, 9 ou 10. Como análise de sensibilidade, incluindo os quatro não usuários, a média passa a

9,60, a mediana permanece 10 e o desvio-padrão passa a 0,92. A conclusão de elevada satisfação permanece, mas o resultado deve ser lido em conjunto com a possibilidade de desajustabilidade social e aquiescência.

Tabela 4 – Contribuições percebidas e satisfação com o programa

Indicador	Base	Negativa (%)	Intermediária (%)	Positiva (%)	Mediana / moda
Contribuição para alimentação (Q18)	77	1,3	1,3	97,4	4 / Ajudou
Renda para outras despesas (Q19)	77	13,0	15,6	71,4	4 / Permitiu
Relevância do valor (Q20)	77	9,1	3,9	87,0	4 / Ajuda
Incentivo à compra local (Q21)	81	2,5	0,0	97,5	4 / Incentiva
Fortalecimento percebido do comércio (Q22)	81	1,2	1,2	97,5	4 / Ajuda
Satisfação geral (Q23)	77	—	—	—	10 / 10

Fonte: dados da pesquisa (2026). Nota: Q18-Q20 e Q23 usam n = 77; Q21-Q22 usam n = 81. Na Q23: média = 9,65; DP = 0,77; mínimo = 6; máximo = 10.

A questão aberta foi respondida por 44 dos 81 participantes (54,3% da amostra válida); 37 deixaram o campo em branco. Entre os 44 que apresentaram manifestação, 26 (59,1%; equivalentes a 32,1% da amostra válida total) mencionaram aumento do valor ou do crédito. Outras 14 respostas (31,8% dos 44; 17,3% da amostra total) indicaram que nenhuma melhoria era necessária ou expressaram avaliação positiva sem demanda específica. Houve ainda uma sugestão de ampliar o número de beneficiários, uma de maior frequência/regularidade do crédito, uma de revisão dos critérios de elegibilidade e uma de diferenciação do valor conforme o tamanho da família.

O pedido de aumento deve ser interpretado sem extrapolação. A recorrência dessa sugestão na questão aberta indica que a avaliação positiva da modalidade não elimina a percepção, entre parte dos respondentes, de que o montante disponível poderia ser ampliado. Como o estudo não analisou preços, poder de compra ou orçamento alimentar, não é possível inferir a suficiência objetiva do benefício.

Tabela 5 – Categorização das respostas abertas sobre melhorias no programa

Categoria	n	% entre 44	% de 81	Exemplo em paráfrase
Aumento do valor/crédito	26	59,1	32,1	Aumentar o valor ou ampliar o crédito, inclusive para cerca de R\$ 150.
Nenhuma melhoria / avaliação positiva	14	31,8	17,3	O programa está adequado; nenhuma melhoria necessária no momento.
Ampliação do número de beneficiários	1	2,3	1,2	Incluir mais pessoas no Programa Comida na Mesa.
Maior frequência/regularidade do crédito	1	2,3	1,2	Disponibilizar crédito em intervalos menores.
Revisão dos critérios de elegibilidade	1	2,3	1,2	Reavaliar situações de famílias que relatam vulnerabilidade.
Valor diferenciado pelo tamanho familiar	1	2,3	1,2	Considerar maior valor para residências com mais pessoas.
Total de respostas textuais	44	100,0	54,3	—

Fonte: dados da pesquisa (2026). Percentuais temáticos calculados sobre n = 44; a coluna “% de 81” mostra a equivalência em relação à amostra válida total. Exemplos apresentados em paráfrase.

4.4 Discussão integrada

Os achados precisam ser compreendidos a partir da particularidade institucional de Dona Inês. Singer (2002) associa a economia solidária à cooperação, à participação e à organização coletiva, enquanto Melo Neto Segundo e Magalhães (2009) situam os Bancos Comunitários de Desenvolvimento em circuitos territoriais de produção, consumo e finanças solidárias. O caso estudado se aproxima dessa literatura pelo uso de moeda social, pelo direcionamento territorial das transações e por sua inserção na política municipal de economia solidária. Ao mesmo tempo, diferencia-se do modelo comunitário clássico porque a institucionalização, o financiamento e a operação cotidiana possuem forte protagonismo do poder público municipal.

Essa diferença aparece com maior nitidez quando o caso é colocado em diálogo com o Banco Palmas e com outras experiências de bancos comunitários. Mostagi et al. (2019) destacam a mobilização comunitária e o desenvolvimento local no Banco Palmas, enquanto Leal, Cavalcante e Coelho (2020) ampliam a análise dos BCD para dimensões de cidadania e

utilidade social. Farias (2018), por sua vez, ressalta a gestão coletiva como elemento relevante no Banco Comunitário dos Cocais. Em Dona Inês, o Plano Municipal documenta participação social na formulação da política, com reuniões, escutas e debates envolvendo comunidades e organizações locais (Dona Inês, 2025d), mas essa evidência não autoriza caracterizar a gestão cotidiana do Banco como integralmente autogestionária. A tensão entre formulação participativa e operação municipalizada constitui uma característica própria do arranjo analisado.

Na perspectiva da tecnologia social, a experiência dos usuários evidencia principalmente a dimensão da apropriação operacional. A predominância de avaliações favoráveis sobre facilidade de uso, a baixa necessidade de ajuda, a disponibilidade de produtos e a pequena incidência de dificuldades práticas indicam que, entre os respondentes que utilizaram o cartão, a solução foi incorporada ao cotidiano com poucas barreiras relatadas. Esse achado dialoga com Rigo e Ventura (2025), para quem apropriação, adaptação às condições locais e adequação sociotécnica são centrais na discussão de tecnologias sociais e moedas digitais. Contudo, a presença de avaliações negativas sobre a clareza das informações mostra que domínio operacional e qualidade da comunicação não são equivalentes: uma tecnologia pode ser manejada no uso cotidiano e ainda demandar aperfeiçoamento na orientação aos usuários.

O estudo também converge com Addor e Curi Filho (2025), que enfatizam o processo social e a participação na análise da tecnologia social. Assim, os indicadores de facilidade, uso e baixa necessidade de ajuda oferecem evidência sobre apropriação operacional, mas não bastam para classificar de forma integral o arranjo como tecnologia social, pois o levantamento não mensurou o protagonismo dos usuários na construção ou na tomada de decisão sobre a solução.

A leitura pela tecnologia social também exige preservar o limite do instrumento. O *survey* não investigou diretamente coconstrução, governança, controle social ou participação dos beneficiários na tomada de decisão. Por isso, a percepção de facilidade e adequação não comprova, por si só, o Banco Solidário como tecnologia social em sentido integral. A participação na construção da política é sustentada pelo Plano Municipal, enquanto o questionário informa como os beneficiários respondentes compreendem e utilizam a solução. Essa separação entre fontes evita atribuir ao *survey* dimensões que ele não mediu e mantém a análise coerente com a discussão de Rigo e Ventura (2025) sobre apropriação e reaplicação.

Sob a perspectiva da inovação social, a passagem da cesta física para o cartão/moeda social representa uma reorganização da forma de entrega do benefício. A possibilidade de

escolha dentro da rede credenciada, a preferência declarada pelo cartão entre quem vivenciou a modalidade anterior e a articulação do benefício com a moeda social municipal indicam mudança relevante na experiência do usuário. Esse movimento dialoga com Nascimento e Pinto (2024), que tratam os bancos comunitários como espaços capazes de combinar inclusão, articulação territorial e novas respostas às necessidades sociais. No caso de Dona Inês, a inovação observada é contextual e institucional: altera o instrumento e o arranjo de atendimento, mas o desenho transversal da pesquisa não permite afirmar a transformação estrutural do território nem causalidade social ou econômica.

A literatura sobre governança pública e inovação social acrescenta que respostas a problemas públicos podem depender da articulação entre múltiplos atores e de processos colaborativos (Espírito Santo; Costa; Voks, 2026). No caso de Dona Inês, essa referência amplia a leitura institucional do arranjo, mas não autoriza afirmar que exista cocriação ou participação cotidiana em determinado grau, porque essas dimensões não foram mensuradas pelo *survey*.

Os resultados relativos à alimentação, à liberdade de escolha e ao orçamento familiar reforçam essa interpretação, mas também mostram seus limites. Os respondentes percebem contribuição do benefício para a alimentação e para a organização de outras despesas, ao mesmo tempo em que a elevada satisfação com a modalidade convive com solicitações de aumento do valor ou do crédito. Essa coexistência é analiticamente importante: aprovação do cartão e percepção de maior autonomia não significam, necessariamente, que o montante seja considerado suficiente. Como a pesquisa não utilizou a EBIA, não avaliou consumo alimentar nem levantou orçamento doméstico detalhado, os achados devem permanecer no plano da contribuição percebida e da suficiência percebida, sem serem convertidos em comprovação de segurança alimentar.

A dimensão territorial também apresenta um contraste relevante. A percepção de incentivo e fortalecimento do comércio local é coerente com a lógica de circulação territorial discutida por Melo Neto Segundo e Magalhães (2009) e com a experiência de desenvolvimento local analisada por Mostagi et al. (2019), pois o desenho do programa direciona o benefício para a rede habilitada no município. Entretanto, as compras relatadas concentram-se em poucos estabelecimentos, mostrando que a existência de uma rede formalmente disponível não implica, automaticamente, diversificação efetiva do consumo. Além disso, sem dados de faturamento, renda dos comerciantes, preços ou comparação antes/depois, a pesquisa não demonstra impacto econômico; registra a percepção dos beneficiários sobre esse mecanismo territorial.

Em síntese, Dona Inês apresenta um arranjo híbrido: aproxima-se das finanças solidárias pelo uso de moeda social, pela territorialização do gasto e pela vinculação a uma política de

economia solidária, mas se distingue das experiências comunitárias clássicas pela forte institucionalização municipal. O *survey* evidencia apropriação operacional, autonomia e contribuições percebidas compatíveis com dimensões de tecnologia social e inovação social, enquanto o Plano e a legislação esclarecem participação na formulação e estrutura institucional. A leitura conjunta dessas evidências responde ao problema de pesquisa sem transformar percepção em impacto nem presumir equivalência entre o Banco Solidário de Dona Inês e o Banco Palmas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo respondeu ao problema de pesquisa ao mostrar que, entre os respondentes, o Banco Solidário de Dona Inês é percebido predominantemente como um instrumento acessível de operacionalização do Programa Comida na Mesa, associado à liberdade de escolha e a contribuições percebidas para alimentação, orçamento familiar e comércio local. A leitura conjunta do *survey*, do Plano Municipal e da legislação permite situar o caso em diálogo com tecnologia social e inovação social, sem generalizar os achados para todos os beneficiários e sem converter percepções em efeitos causais.

O primeiro objetivo específico foi atendido pela caracterização do perfil dos beneficiários respondentes e das formas de utilização do cartão. A análise identificou predominância de uso em uma única compra, concentração em poucos estabelecimentos e baixa incidência de dificuldades operacionais entre os usuários. Esses resultados descrevem como o benefício é utilizado pelos participantes e fornecem um diagnóstico do padrão de uso observado na amostra.

O segundo objetivo específico foi atendido pela avaliação da clareza das informações, facilidade de uso, adequação às necessidades e apropriação operacional. A experiência foi majoritariamente favorável nessas dimensões, embora a clareza das orientações permaneça como ponto de atenção para parte dos respondentes. Em Rigo e Ventura (2025), os achados são compatíveis com apropriação operacional e adequação sociotécnica entre usuários, mas não mensuram integralmente coconstrução, governança, controle social ou participação na tomada de decisão.

Por fim, o terceiro objetivo específico foi atendido pela análise das contribuições percebidas para autonomia de escolha, alimentação, orçamento familiar e comércio local. A transição para cartão/moeda social foi bem avaliada pelos participantes que vivenciaram a modalidade anterior e pode ser interpretada, à luz de Nascimento e Pinto (2024), como uma reorganização contextual da forma de atendimento associada a dimensões de inovação social.

Entretanto, o estudo não aplicou medida validada de segurança alimentar, nem coletou dados de faturamento ou renda dos comerciantes, razão pela qual as conclusões permanecem restritas às percepções observadas.

Um achado transversal é a coexistência entre elevada satisfação com a modalidade e pedidos de aumento do valor ou do crédito. Isso indica que aprovação do instrumento, liberdade de escolha e facilidade de uso não equivalem, necessariamente, à percepção de suficiência do benefício. Da mesma forma, a concentração das compras em poucos estabelecimentos sugere uma questão relevante para acompanhamento gerencial da rede, sem que o estudo permita atribuir causas a esse comportamento.

Como contribuição, o trabalho documenta um arranjo municipal de finanças solidárias com características híbridas: incorpora moeda social e direcionamento territorial do consumo, mas apresenta forte institucionalização pelo poder público. Também diferencia os níveis de evidência disponíveis: o Plano Municipal documenta participação na formulação da política; a legislação define o arranjo institucional; e o *survey* descreve uso, apropriação operacional e contribuições percebidas pelos beneficiários. Essa distinção oferece elementos acadêmicos e gerenciais para compreender o Banco Solidário de Dona Inês sem presumir identidade com experiências comunitárias clássicas.

Para a Administração, a contribuição do estudo está em transformar a experiência relatada pelos usuários em informação útil à análise de serviços públicos, comunicação, relacionamento com beneficiários, acompanhamento da rede credenciada e tomada de decisão gerencial, ao mesmo tempo em que evidencia os limites de governança e mensuração que precisam ser considerados na gestão de um arranjo público de finalidade social.

5.1 Implicações gerenciais

Os resultados oferecem implicações gerenciais que devem ser lidas como pontos de atenção derivados das percepções dos respondentes, e não como diagnóstico de falhas estruturais ou recomendações automáticas. Na comunicação com os beneficiários, a elevada facilidade de uso e a baixa necessidade de ajuda coexistem com avaliações negativas de clareza entre parte dos participantes. Essa diferença entre domínio operacional e compreensão das informações sugere que a gestão pode aperfeiçoar orientações, materiais de comunicação e suporte, inclusive acompanhando quais dúvidas aparecem com maior frequência nos atendimentos.

Quanto ao valor do benefício, a elevada satisfação com a modalidade e a avaliação favorável do cartão convivem com a recorrência de pedidos de aumento do valor ou do crédito

na questão aberta. Essa solicitação não comprova insuficiência objetiva do benefício, pois o estudo não analisou preços, orçamento doméstico completo, renda per capita, composição alimentar ou poder de compra ao longo do tempo. A implicação gerencial, portanto, é a conveniência de acompanhar periodicamente essa percepção e, quando possível, articulá-la a dados administrativos e socioeconômicos antes de qualquer decisão sobre o montante do benefício.

A concentração das compras em poucos estabelecimentos também pode ser objeto de acompanhamento da rede credenciada. O questionário não investigou as causas desse padrão, razão pela qual não é possível atribuí-lo a preço, localização, preferência ou disponibilidade. Como possibilidade gerencial, podem ser examinados os registros administrativos de transações, a distribuição das compras entre estabelecimentos, a cobertura territorial da rede, a comunicação sobre os pontos credenciados e a escuta de comerciantes e beneficiários, sem presumir previamente a origem da concentração observada.

De modo transversal, os achados indicam utilidade de um monitoramento gerencial periódico que articule registros administrativos, atendimentos, reclamações, dificuldades operacionais, pesquisas de satisfação e sugestões dos beneficiários. O estudo não permite afirmar se todos esses mecanismos já existem ou com que frequência são utilizados; a implicação é que, quando disponíveis, podem fornecer informações complementares ao *survey* e apoiar decisões de comunicação, suporte, rede credenciada e aperfeiçoamento do programa.

5.2 Limitações da pesquisa

As limitações centrais estão relacionadas à amostragem não probabilística, à adesão voluntária, à cobertura incompleta por e-mail e à possível autosseleção digital. O levantamento alcançou 81 respostas válidas, equivalentes a 9,64% da população de referência. Na verificação da base cadastral utilizada para o envio do questionário, aproximadamente 90 registros apresentavam endereços eletrônicos incorretos ou inválidos, reduzindo a cobertura potencial do canal. Assim, os percentuais descrevem a amostra participante e não representam estimativas populacionais.

Também limitam a interpretação o desenho transversal, a ausência de grupo de comparação e linha de base, o autorrelato, o vínculo profissional do pesquisador com o Banco e a possibilidade de desajustabilidade social e aquiescência. O instrumento não foi validado psicometricamente; houve somente pré-teste de clareza com cinco pessoas. A ausência de lógica de salto gerou respostas inconsistentes em quatro não usuários, tratadas por filtros

analíticos. O anonimato impediu verificar duplicidade por identidade, embora não tenham sido encontradas linhas integralmente duplicadas.

Por fim, não foram coletados dados de comerciantes, faturamento, preços, renda per capita, qualidade da dieta, EBIA ou medidas diretas de governança e participação. Somente 44 participantes responderam à questão aberta. Essas limitações não anulam a utilidade do levantamento, mas restringem as conclusões ao que o desenho permite: descrição da experiência dos respondentes e identificação de dimensões percebidas para aperfeiçoamento e investigação futura.

5.3 Sugestões para pesquisas futuras

Pesquisas futuras podem adotar estratégias probabilísticas ou múltiplos canais de coleta, incluindo aplicação presencial, para ampliar cobertura e reduzir a autosseleção digital. Um desenho longitudinal permitiria acompanhar os mesmos participantes ao longo de mais ciclos de pagamento e verificar mudanças em facilidade, uso da rede, satisfação e percepção de suficiência do valor.

Também se recomenda incorporar comerciantes credenciados e registros administrativos de transações, com atenção à concentração de vendas, regularidade de repasses e distribuição territorial do gasto. Esses dados poderiam ser combinados com faturamento e informações de preços, desde que disponíveis, para avaliar efeitos econômicos com maior rigor, sem depender apenas da percepção dos beneficiários.

Na dimensão alimentar, estudos podem utilizar a EBIA ou outro instrumento validado, além de indicadores de consumo ou qualidade da dieta, para avaliar segurança alimentar de forma específica. Entrevistas qualitativas com beneficiários, gestores, conselheiros e comerciantes podem aprofundar governança, participação, confiança, apropriação e processo de reaplicação da tecnologia, dimensões não mensuradas diretamente neste *survey*.

Em pesquisas posteriores, instrumentos construídos ou validados especificamente para mensurar construtos poderão permitir testes de confiabilidade e, quando pertinente, análise fatorial, testes de associação e modelos de regressão. Essas técnicas não são aplicadas nesta pesquisa e somente devem ser utilizadas em delineamentos futuros quando houver instrumento adequado, tamanho e desenho amostral compatíveis, hipóteses previamente formuladas e atendimento aos pressupostos estatísticos correspondentes. Amostras mais robustas e estratégias probabilísticas ou longitudinais podem ampliar as possibilidades de análise inferencial.

A governança do Banco Solidário constitui outra agenda de pesquisa. Estudos futuros podem investigar como se organiza a estrutura decisória, quais são as atribuições da coordenação e da gestão municipal, qual o papel do conselho e de outras instâncias, e de que maneira comerciantes e beneficiários participam das decisões. Também podem ser examinados prestação de contas, mecanismos de decisão, resolução de conflitos e sustentabilidade institucional. Esses pontos são formulados como questões de investigação e não como características comprovadas da governança cotidiana atual.

As 44 respostas textuais já analisadas também podem orientar aprofundamentos qualitativos posteriores, sem alterar a categorização realizada neste trabalho. Entrevistas e grupos focais com beneficiários, comerciantes, gestores e conselheiros podem explorar com maior profundidade os temas emergentes das sugestões, bem como esclarecer motivações, experiências de uso e expectativas que um questionário estruturado não capta integralmente.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Felipe; CURI FILHO, Wagner Ragi. Por um novo marco analítico-conceitual para o campo da Tecnologia Social. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 32, n. 112, p. 1-26, 2025. DOI: 10.1590/1984-92302025v32n0007PT. Acesso em: 17 de agosto de 2026.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016.

BRASIL. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Ofício Circular nº 17, de 5 de julho de 2022. Orientações acerca do artigo 1º da Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Programa Bolsa Família: quantidade de famílias e valores - municípios da Paraíba, abril de 2026. Brasília, DF: MDS, 2026. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/tabelas/>>. Acesso em: 11 ago. 2026.

DONA INÊS (PB). Lei Municipal nº 903/2022, de 22 de fevereiro de 2022. Dispõe sobre a instituição do Fundo Municipal de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais. Dona Inês, PB: Prefeitura Municipal, 2022.

DONA INÊS (PB). Lei Ordinária nº 1.049/2025, de 20 de maio de 2025. Regulamenta o artigo 88 da Lei Orgânica do Município de Dona Inês para instituir a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, cria o Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Economia Solidária e dá outras providências. Dona Inês, PB: Prefeitura Municipal, 2025a.

DONA INÊS (PB). Lei Ordinária Municipal nº 1.059/2025, de 12 de agosto de 2025. Institui o Programa de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e

Social, o Banco Solidário Municipal e a Moeda Social do Município de Dona Inês-PB. Dona Inês, PB: Prefeitura Municipal, 2025b.

DONA INÊS (PB). Lei Ordinária Municipal nº 1.070/2025, de 4 de novembro de 2025. Aprova o Plano Municipal de Economia Solidária do Município de Dona Inês-PB e dá outras providências. Dona Inês, PB: Prefeitura Municipal, 2025c.

DONA INÊS (PB). I Plano Municipal de Economia Solidária: Dona Inês Solidária 2025-2034. Dona Inês, PB: Prefeitura Municipal de Dona Inês, 2025d.

ESPÍRITO SANTO, Anderson Luis do; COSTA, Roberson Franco da; VOKS, Douglas. Governança pública e inovação social: identificando desafios e estratégias para comunidades quilombolas. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 30, n. 2, e250055, 2026. DOI: 10.1590/1982-7849rac2026250055.por. Acesso: 17 de agosto de 2026.

FARIAS, Magno Willams de Macêdo. *Gestão de bens comuns e inovação social: o caso do Banco Comunitário dos Cocais*. 2018. 169 f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dona Inês (PB). Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/dona-ines.html>>. Acesso em: 12 ago. 2026.

LEAL, Mariane Goretti de Sá Bezerra; CAVALCANTE, Carlos Eduardo; COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima. Bancos comunitários de desenvolvimento e cidadania: reflexões teóricas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Niterói, v. 14, n. 3, p. 132-149, 2020.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. Bancos comunitários. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, Brasília, DF, n. 41, p. 59-64, nov. 2009.

MOSTAGI, Nicole Cerci; PIRES, Lilian de Lima; MAHNIC, Chayne de Lima Pereira; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. *Interações*, Campo Grande, v. 20, n. 1, p. 111-124, 2019. DOI: 10.20435/inter.v0i0.1653. Acesso em: 06 de agosto de 2026.

NASCIMENTO, Anna Luiza Motta; PINTO, Pablo Aurélio Lacerda de Almeida. Princípios de inovação social, empreendedorismo social e economia circular na atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento: uma análise através da percepção de seus gestores. *Revista Gestão & Sustentabilidade*, v. 6, n. 1, e14470, 2024. DOI: 10.36661/2596-142X.2024v6n1.14470. Acesso em: 02 de agosto de 2026.

RIGO, Ariádne Scalfoni; VENTURA, Andréa Cardoso. Reaplicação ou replicação? Transformações da tecnologia e da moeda social Palmas na plataforma e-dinheiro. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 32, n. 112, p. 1-35, 2025. DOI: 10.1590/1984-92302025v32n0008PT. Acesso em: 02 de agosto de 2026.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

A numeração foi mantida conforme o instrumento aplicado. A questão 1 correspondeu ao consentimento voluntário e funcionou como critério de inclusão.

1. Você concorda em participar voluntariamente da pesquisa?

- ☐ Sim
- ☐ Não

2. Qual é sua faixa etária?

- ☐ Até 24 anos
- ☐ 25 a 34 anos
- ☐ 35 a 44 anos
- ☐ 45 a 54 anos
- ☐ 55 a 64 anos
- ☐ 65 anos ou mais

3. Onde você reside?

- ☐ Zona urbana
- ☐ Zona rural

4. Quantas pessoas moram em sua residência?

- ☐ 1 pessoa
- ☐ 2 pessoas
- ☐ 3 pessoas
- ☐ 4 pessoas
- ☐ 5 pessoas ou mais

5. Qual é a principal fonte de renda da família?

- ☐ Trabalho formal
- ☐ Trabalho informal ou autônomo
- ☐ Agricultura ou atividade rural
- ☐ Aposentadoria ou pensão
- ☐ Benefícios sociais
- ☐ A família não possui renda fixa
- ☐ Outra

SEÇÃO 2 — UTILIZAÇÃO DO BANCO SOLIDÁRIO

6. Você já utilizou o cartão do Banco Solidário?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7. Após o crédito ser disponibilizado, como você geralmente utiliza o benefício?

- ☐ Em uma única compra
- ☐ Em duas ou três compras

- ☐ Em várias compras durante o mês
- ☐ Ainda não utilizei

8. Em quantos estabelecimentos diferentes você já utilizou o cartão?

- ☐ Apenas um
- ☐ Dois
- ☐ Três ou mais
- ☐ Ainda não utilizei

9. Você encontra os produtos de que sua família necessita nos estabelecimentos credenciados?

- ☐ Sempre
- ☐ Na maioria das vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca
- ☐ Ainda não utilizei

10. Você já enfrentou alguma dificuldade com o cartão? (Pode marcar mais de uma opção).

- ☐ Não enfrentei dificuldades
- ☐ Problema com a senha
- ☐ Cartão não reconhecido
- ☐ Saldo não disponível
- ☐ Poucos estabelecimentos credenciados
- ☐ Dificuldade para entender o funcionamento
- ☐ Problema no atendimento do estabelecimento
- ☐ Outra

11. Você precisou da ajuda de outra pessoa para utilizar o cartão?

- ☐ Não
- ☐ Apenas na primeira utilização
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Sempre preciso de ajuda
- ☐ Ainda não utilizei

SEÇÃO 3 — TECNOLOGIA SOCIAL E INOVAÇÃO

12. Recebi informações claras sobre o funcionamento do cartão.

- ☐ Nada claras
- ☐ Pouco claras
- ☐ Razoavelmente claras
- ☐ Claras
- ☐ Muito claras

13. Considero fácil utilizar o cartão do Banco Solidário.

- ☐ Muito difícil
- ☐ Difícil
- ☐ Neutro
- ☐ Fácil
- ☐ Muito fácil

14. O cartão oferece mais liberdade para escolher os produtos necessários à minha família.

- ☐ Não permite
- ☐ Permite pouco
- ☐ Permite em parte
- ☐ Permite bem
- ☐ Permite totalmente

15. O Banco Solidário atende às necessidades das famílias beneficiárias de Dona Inês.

- ☐ Não atende
- ☐ Atende pouco
- ☐ Atende em parte
- ☐ Atende bem
- ☐ Atende totalmente

16. O pagamento pelo cartão representa uma melhoria em relação à entrega direta de alimentos ou cesta básica.

- ☐ Muito pior
- ☐ Pior
- ☐ Neutro
- ☐ Melhor
- ☐ Muito Melhor

17. Você participou anteriormente da entrega direta de alimentos ou cesta básica?

- ☐ Sim
- ☐ Não

SEÇÃO 4 — IMPACTOS PERCEBIDOS**18. O benefício contribuiu para melhorar a alimentação da minha família.**

- ☐ Não ajudou
- ☐ Ajudou pouco
- ☐ Ajudou parcialmente
- ☐ Ajudou
- ☐ Ajudou Muito

19. O benefício permitiu utilizar parte da renda familiar em outras despesas importantes.

- ☐ Não permitiu
- ☐ Permitiu pouco
- ☐ Permitiu em parte
- ☐ Permitiu
- ☐ Permitiu muito

20. O valor recebido contribui de maneira significativa para as despesas alimentares da família.

- ☐ Não ajuda
- ☐ Ajuda pouco
- ☐ Neutro
- ☐ Ajuda
- ☐ Ajuda muito

21. O cartão incentiva as famílias a comprarem no comércio de Dona Inês.

- ☐ Não incentiva
- ☐ Incentiva pouco
- ☐ Incentiva moderadamente
- ☐ Incentiva
- ☐ Incentiva Muito

22. O Banco Solidário contribui para fortalecer o comércio e a economia local.

- ☐ Não ajuda
- ☐ Ajuda pouco
- ☐ Ajuda em parte
- ☐ Ajuda
- ☐ Ajuda muito

23. De forma geral, qual nota você atribui ao Programa Comida na Mesa por meio do Banco Solidário?

- ☐ 0 – Muito insatisfeito
- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5
- ☐ 6
- ☐ 7
- ☐ 8
- ☐ 9
- ☐ 10 – Muito satisfeito

24. Qual é a principal melhoria que deveria ser realizada no programa?

☐ Resposta aberta